

Blocos centralizam negociações na Constituinte

Partidos saem de cena, divididos ideologicamente, e parlamentares buscam alianças em grupos

Em vez de partidos, blocos. A Constituinte transformou-se, de duas semanas para cá, num aglomerado de grupos e subgrupos que, independentemente das legendas partidárias, procuram acertar seus ponteiros e traçar uma estratégia comum para a votação do texto final da nova Carta em plenário, a partir de setembro. Muitos dos grupos ainda não estão definidos e tendem a se incorporar a outros, já estruturados. Outros estão delineados, mas ainda não encontraram, internamente, o consenso. Durante esta semana, no entanto, eles deverão estar definitivamente compostos e identificados, prontos para a "guerra" do plenário.

O fenômeno dos grupos é novo, mas era previsível que viesse a ocorrer. Na gênese de sua formação estão, de um lado, a insatisfação do partido majoritário na Constituinte, o PMDB, com os rumos imprimidos por suas lideranças na divisão dos parlamentares nas diversas subcomissões temáticas, no início dos trabalhos da Constituinte. Poucos ficaram satisfeitos e prometeram revanche. De outro lado está o anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), combatido por todos os segmentos da constituinte, a ponto de ser chamado, informalmente, de "Projeto Frankenstein". O desfigurado texto de Cabral, na realidade, espelha com exatidão a confusão que se estabeleceu na primeira fase da constituinte, quando foram montados os primeiros anteprojetos, com artigos que deveriam estar colocados na legislação ordinária, propostas conflitantes e muitas vezes absurdas.

Os grupos — há pelo menos 4 — estão debruçados sobre o anteprojeto de Cabral, separando o que é consenso do que fatalmente acabará fornecendo munição na votação em plenário. Em todos os blocos, a avaliação é de que 90% dos itens da nova Constituinte serão decididos por consenso. Na verdade, esta é uma avaliação quantitativa. Os 10% que representam o dissenso são, na realidade, 90% qualitativos da nova constituição — e abrangem a reforma agrária, a questão econômica (definição de empresa nacional), a anistia, a legislação trabalhista, sistema de governo e mandato presidencial, entre outros.



Scalco coordena os progressistas; Richa lidera moderados; Afif Domingos chefia um grupo privativista



Há várias facções de conservadores

Entre os grupos conservadores, o mais antigo é o Centro Democrático, montado com os insatisfeitos do PMDB. Nasceu da articulação do coordenador da bancada mineira do partido, Marcos Lima, e do ex-ministro dos Transportes de João Goulart, Expedito Machado (CE). As adesões chegaram rapidamente, com a inestimável ajuda do líder do Governo, Carlos Sant'Anna, orientado pelo Palácio do Planalto para montar um grupo de apoio ao presidente Sarney. Na convenção do PMDB, o Centro Democrático chegou a conseguir a adesão de cerca de 140 constituintes — os que foram favoráveis à votação secreta do sistema de governo e do mandato do presidente Sarney. Uma avaliação mais realista aponta para 90 o número de seus membros.

No final de junho, Expedito Machado (CE) e Mendes Ribeiro (RS) decidiram investir na formação de uma frente suprapartidária que englobasse, além do peemedebista Centro Democrático, parlamentares de outras legendas que estivessem insatisfeitos com o encaminhamento dos temas constitucionais pela Comissão de Sistematização. A tentativa falhou pela falta de habilidade de Expedito Machado em compor internamente seu grupo, que reagiu ao ingresso de constituintes de outros partidos no Centro.

A habilidade do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) conseguiu o que Machado não pôde obter — e surgiu um segundo grupo, que ainda não tem nome (alguns o chamam de GAE — Grupo Anti-Esquerda) mas já conseguiu reunir dezenas de assinaturas — que pretende apresentar sob um manifesto ainda esta semana. Entre os signatários estão muitos dos peemedebistas do Centro Democrático.

Num terceiro bloco conservador estão agrupados parlamentares de diversos partidos: há um grupo liderado pelo deputado Guilherme Afif Domingos, do PL paulista, nascido em torno do combate à excessiva carga tributária e da defesa do empresariado. Afif tem sido incansável na tentativa de apoio às idéias defendidas pelo seu grupo, e transita com igual desembarço nas reuniões entre conservadores e progressistas.

Um outro subgrupo entre os conservadores congrega a nata do PFL na Constituinte. Sem nome, o bloco é liderado pelos pefelistas mais notórios do Congresso Nacional, a começar por seu presidente, Marco Maciel. Representantes deste grupo estão em constante contato com os membros do "bloco" liderado pelo deputado Cardoso Alves, que montou um quartel general no Hotel Carlton, onde se reúne.

Na próxima quinta-feira o grupo moderado, com Cardoso e Afif, definirá como irá agir em plenário. Neste bloco só não há representantes do PT, PDT, PCB e PC do B.

SEM A ESQUERDA

Inicialmente trabalhando no Instituto Israel Pinheiro, no Lago Sul, sob a alegação de que não queria despertar a atenção da imprensa, o grupo dos 32, coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR), tem uma tendência centro-liberal, conforme definição de alguns de seus integrantes, e aprovou um substitutivo ao projeto constitucional que, com uma abordagem conservadora, suprime vários avanços conquistados pelos progressistas nas comissões temáticas.

Prestigiar a iniciativa privada, reduzir o poder de intervenção do Estado na economia e produzir uma

Constituição "realista e não demagógica", como apregoam alguns de seus integrantes, são idéias básicas do grupo, formado para, segundo Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), "dar organicidade ao texto". Israel diz que convidou 20 constituintes do PMDB, 05 do PFL, 04 do PDS, 02 do PDT, 02 do PL, 01 do PTB e 01 do PCB, quinze dos quais, em sua avaliação, são de centro, dez de direita, e dez de esquerda. Israel diz também que quis reunir constituintes de diferentes posições para traçar um perfil médio da Constituinte. O que aconteceu, entretanto, é que aqueles que se engajaram no trabalho são em sua maioria "de centro, liberais, moderados", como qualificou o deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), um dos mais atuantes:

— Não queremos que o substitutivo de Cabral desande para um rumo que não nos interessa. Não somos nem extrema-direita, nem extrema-esquerda, e defendemos uma Constituição moderada. Temos, para isso, elementos a fim de apresentar um substitutivo, se necessário — afirmou Nyder Barbosa.

O senador José Fogaca acha que o grupo é sério, não está querendo fazer jogo de interesse, e sua criação permite uma negociação. A abertura de espaços para uma negociação, aliás, é um dos objetivos do grupo, segundo Nyder Barbosa e o deputado Prisco Viana (PMDB-BA). O substitutivo será dividido em emendas, e a partir daí o bloco formalizará o apoio de outros setores, já articulado com constituintes como Afif Domingos, que integra, entre outros, o grupo dos 32.

Se se unem em torno de alguns itens, os integrantes do grupo de Richa não conseguem um entendimento sobre questões mais polêmicas, como a Reforma Agrária.

Esquerda já faz concessões

Ao contrário da facção comandada pelo senador José Richa e dos blocos moderados articulados pelo Governo, o chamado "grupo do consenso" nasceu, há cerca de dois meses, com o objetivo declarado de garantir avanços progressistas na Constituinte. Nos últimos dias, contudo, cresceu muito e de forma desordenada: hoje são 111 integrantes de todos os partidos e o núcleo original está diluído entre dezenas de políticos de centro e até alguns direitistas.

Tudo começou quando os deputados Miro Teixeira (PMDB) e Jaime Santana (PFL) decidiram procurar o senador Mário Covas para conversar sobre o clima de radicalização verificado nas subcomissões e comissões temáticas. Foi o próprio líder peemedebista na Constituinte quem estimulou a formação de um grupo de trabalho para elaborar propostas constitucionais que unissem os setores progressistas do PMDB e os chamados "modernos" de outros partidos contra o avanço da direita.

A primeira reunião do já então autodenominado "Grupo do consenso" ocorreu na casa de Jaime Santana e contou com a participação de dez parlamentares, quatro do PMDB (Miro Teixeira, Paulo Macarini, Pimenta da Veiga e Euclides Scalco) e seis do PFL (Saulo Queiroz, Guilherme Palmeira, José Jorge, Alcení Guerra e Lúcio Alcântara, além do próprio Santana). Já ai ficaram traçados os objetivos a serem alcançados: negociar com as demais forças políticas um consenso mínimo em torno dos pontos mais polêmicos da Constituição.

Para obter este consenso, os progressistas do PMDB se dispõem a abrir mão de avanços mais expressivos, enquanto os "modernos" filiados ao PFL, PL e até ao PDS comprometem-se a frear o ímpeto da direita.

O resultado final não será exatamente o que cada uma dessas facções gostaria, mas espera-se algo mais avançado do que a alternativa articulada pela direita: "O texto que estamos fazendo não será totalmente progressista, como alguns desejariam, nem conservador como outros esperam. Cada um terá que ceder um pouco, mas se conseguirmos acertar-nos em torno de alguns itens da Constituição já será um grande lucro", assegura o deputado Euclides Scalco (PMDB), coordenador do "grupo do consenso".

Para iniciar o trabalho, os fundadores do bloco pinçaram do projeto

"constitucional os pontos que causaram as maiores polêmicas na fase das comissões, excluindo contudo os temas políticos mais "quentes" (mandato do presidente, regime de Governo e voto distrital), em torno dos quais o consenso é considerado impossível.

A listagem final relaciona os seguintes assuntos: reforma agrária; conceito de empresa nacional e reserva de mercado; comunicação; recursos públicos na educação, ensino público e privado; seguridade social; área trabalhista; o Estado na economia; sistema financeiro; distribuição de rendas e desigualdades regionais; questão urbana; anistia; moratória e dívida externa; Poder Judiciário; prerrogativas do Congresso; tributação; meio ambiente; subsolo e recursos minerais; partidos políticos e liberdade partidária; e defensor do povo, participação e controle do Estado.

Definidos os temas, o grupo foi dividido por áreas de interesse e passou a trabalhar na elaboração de alterações ao projeto constitucional. Em princípio, está afastada a possibilidade de apresentação de um texto geral substitutivo. As modificações serão propostas através de emendas, como prevê o regimento interno da Constituinte.

Até segunda-feira, o deputado Euclides Scalco pretende divulgar o resultado final do trabalho. E neste dia que começam efetivamente as negociações com o outro bloco, o do senador José Richa, em busca de uma solução comum capaz de reunir a maioria dos votos na Constituinte (281) em torno de um texto razoável.

A despeito das flagrantes diferenças ideológicas existentes entre os dois grupos, Scalco acredita que será possível um entendimento em relação a questões vitais. A fórmula escolhida para facilitar o acordo é o enxugamento radical do projeto de Constituição. A idéia é limitar a Carta à mera enunciação de princípios, adiando o debate dos detalhes para o momento de votação da legislação ordinária regulamentadora. Ou seja, para após a Constituinte.

"A política é a arte de conciliar os contrários". Citando essa velha máxima, Scalco antecipou com exemplos como o enxugamento poderá evitar novos choques na Constituinte: "A Carta deve conter o princípio de que a propriedade corresponde uma função social. Os critérios para julgar se determinada propriedade está cumprindo esta função são da ordinária.